

ATA Nº 18

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de **dois mil e dezasseis**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”	
1º -	APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS – CASA MORTUÁRIA DE TAIÃO
3º -	COMPROMISSOS PLURIANUAIS
4º -	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. Deu as boas vindas a todos os presentes, aos que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos em prol de Valença. _____

Pela Mesa foram verificadas **substituições** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Aurélia da Conceição Costa Correia; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Luís Manuel Gomes Amorim; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez e Manuel Rodrigues Pereira, tendo sido **substituídos** no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, pelos Membros Srs. Manuel Alberto Alves de Barros; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz; Maria do Carmo Costa Brando da Silva Duarte; José Augusto Fernandes Martins Esteves; António Lima Sousa, respetivamente. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Elisabete Frade Lopes Viana; Manuel Bastião Veríssimo; António Manuel Soares Pereira; Jorge Moura Rodrigues; Cristóvão Amorim Pereira; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal Araújo; Sebastião António Silva Alves; Avelino António Oliveira Marinho; Ana Raquel Soares Sanches; Manuel Alberto Alves de Barros; José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Mário Manuel Guimarães Cruz; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz; Maria do Carmo Costa Brando da Silva Duarte; José Augusto Fernandes Martins Esteves; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel Martins Gonçalves; José Miguel da Silva Abreu; Rui Miguel Araújo Ferreira; Manuel António Soares Brito; Francisco José Rodrigues Romeu; Fernando Aprício Gonçalves Fernandes; Manuel Nogueira Afonso; António Lima Sousa; José Augusto Alves Areias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, a sessão contou com a presença do **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal**, após ter dado início à sessão, informou que foi entregue à Mesa um documento relacionado com uma proposta de “**criação de cartão municipal de família numerosa**” apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, adiante designado por GMPS. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, questionou ao público presente da intenção de usar a palavra, tendo-se registado a inscrição do Sr. Américo Dantas, de Fontoura para insistir com o Sr. Presidente da Câmara para a resolução das persistentes infiltrações existentes no furo de água na sua propriedade, alegando possuir provas em como derivam do saneamento, assim como, questionou da intenção de repor o piso da forma como se encontrava antes de o Município proceder à abertura de uma vala. _____

Relativamente a esta questão, o Sr. Presidente da Câmara informou que a autarquia procedeu a abertura de uma vala mais profunda em relação ao furo de água e posteriormente uma peritagem para comprovar a resolução do apontado, pelo que sugeriu a apresentação das mencionadas provas. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. José Manuel Bastião Veríssimo** o qual, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido de 30 de setembro último a 29 de novembro corrente, documentação à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. _____

PRESENÇA DE MAIS UM MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto chegou o Membro Sr. António Soares Pereira. _____

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que tendo sido disponibilizado o projeto da **ata n.º 17** para a respetiva apreciação foram vertidas as correções solicitadas, pelo que a colocou discussão e votação de acordo com as disposições regimentais, tendo sido solicitadas algumas correções pelos **Membros Srs Óscar Silva e António Pereira**, as quais foram tidas em consideração e por conseguinte vertidas na ata em apreço. _____

Posto isto, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata n.º 17**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **30 de setembro de 2016**, num universo de **25 votantes**, obteve **23 (vinte e três) votos a favor e 2 (duas) abstenções** dos Membros Srs. Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz e José Augusto Fernandes Martins Esteves. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o documento entregue à mesa irá ficar transcrito em ata: _____

- Grupo Municipal do Partido Socialista: _____

- **CRIAÇÃO DE CARTÃO MUNICIPAL DE FAMÍLIA NUMEROSA.** _____

Procedeu, de seguida, à apresentação de um “**Voto de Pesar**” pelo falecimento do Sr. Adriano Ramos Branco da Silva, personalidade importante para o concelho que durante anos fez parte da Associação de Reformados e Aposentados do Concelho, ascendente de Maria do Carmo Duarte Branco Silva, membro substituto na Assembleia Municipal. Termos em que propôs um minuto de silêncio e a apresentação das sentidas condolências à família. Todo o plenário se associou e foi efetuado um minuto de silêncio. _____

Seguidamente e atendendo a que já se encontravam disponíveis exemplares da proposta apresentada, procedeu-se à sua distribuição por todos os membros da Assembleia Municipal, tendo procedido à sua leitura o **Membro Sr. Óscar Silva.** _____

“CRIAÇÃO DE CARTÃO MUNICIPAL DE FAMÍLIA NUMEROSA

A família constitui-se como um pilar fundamental para a coesão social e para o bem-estar das comunidades, tendo direito à proteção da sociedade e do estado e à garantia de todas as condições que possibilitem a realização pessoal dos seus membros.

Por conseguinte, os obstáculos interpostos aos agregados familiares pela crise que assolou o Mundo, a Europa e o nosso país na última década, realçam na emergência de se reforçarem as políticas e medidas que possibilitem às famílias terem os filhos que desejem e desenvolverem-se de uma forma responsável e equilibrada. Neste particular, as famílias numerosas podem ter um papel decisivo no equilíbrio e na renovação geracional da sociedade.

Entendemos, assim, que o Município de Valença deve ter um papel de suporte e de acompanhamento das famílias numerosas valencianas, promovendo ações e políticas de apoio direcionadas para os seus munícipes e respetivas famílias, num quadro de parcerias e sinergias entre as diferentes entidades com responsabilidade de intervenção nesta área. Sugerimos ainda que o Município de Valença seja o catalisador de sinergias com entidades provadas do concelho que tenham em vista o fortalecimento e a capacitação das famílias valencianas, com o intuito de superarem as adversidades do quotidiano.

Considerando o atrás exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe, na sessão ordinária de 30 de Novembro de 2016 da Assembleia municipal de Valença, a criação do “Cartão Municipal de Família Numerosa” como uma iniciativa de apoio e incentivo às famílias valencianas que se traduzirá num conjunto de vantagens e descontos ao nível de bens e serviços prestados pelo Município de Valença e pelas Entidades Privadas que desejem associar-se nesta parceria, almejando os seguintes objectivos:

- a) Acompanhar e apoiar as famílias numerosas residentes no concelho de Valença, contribuindo para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida das mesmas e definido como família numerosa aquela em que existem 3 ou mais filhos a cargo do agregado familiar;
- b) Proporcionar as famílias numerosas valencianas ou residentes em Valença o acesso a bens e serviços municipais, em condições vantajosas, nas áreas de saúde, desporto, cultura, acção social, actividades económicas, nas tarifas de fornecimento da água, na taxas e impostos municipais, entre muitas outras;
- c) Permitir o acesso gratuito ou com descontos aos beneficiários de famílias numerosas no âmbito de programas ou actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Valença;
- d) Formalizar um acordo de colaboração entre o Município de Valença e as entidades privadas do Concelho, criando uma rede de descontos às famílias numerosas valencianas nos bens ou serviços fornecidos ou prestados pelas entidades públicas ou privadas que assinem este acordo;
- e) Estimular o dinamismo do comércio local e tradicional com a possibilidade de as empresas e comerciantes valencianos se associarem a esta parceria com o Município de Valença, conferindo vantagens às famílias numerosas valencianas na compra de um determinado leque de produtos;
- f) Promover o rejuvenescimento geracional contribuindo para a inversão da tendência nacional de envelhecimento demográfico;
- g) criar um regulamento municipal de candidaturas e admissões ao “Cartão Municipal de família Numerosa”, que estipule todas as condições de candidatura e utilização do mesmo e as vantagens a conceder aos seus beneficiários;

Valença, 30 de novembro de 2016. Os Deputados Municipais Subscritores desta proposta (a)”. _____

PRESENÇA DE MAIS MEMBROS: A partir deste momento da sessão os Membros Srs. Cristóvão Pereira, Miguel Abreu e Fernando Fernandes estiveram presentes. _____

Terminada a leitura dos documentos apresentados à mesa e tendo sido solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata um **intervalo** para análise dos mesmos, o **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a sessão pelas **09h35m**, tendo sido retomada pelas **09h50m**. _____

Seguidamente, questionou de inscrições para a discussão da proposta de “**CRIAÇÃO DE CARTÃO MUNICIPAL DE FAMÍLIA NUMEROSA**”, tendo-se inscrito os **Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira**. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para referir que, atendendo a que durante o intervalo foi-lhe apresentada pelo porta voz dos PSD a sugestão de alterar a designação da proposta para recomendação, iriam concordar com a mencionada sugestão. _____

- Do **Membro Sra. Inês Ferreira** para referir a propósito da proposta apresentada pelo GMPS que a questão da natalidade coloca-se de forma muito grave ao nível de toda a Europa e só medidas de política natalista e macro económica do país inteiro poderão criar condições para a sustentabilidade do sistema. _____

Para além de o Município possuir um pelouro da ação social, um protocolo com o Núcleo Interparoquial da Cáritas de Valença e uma ação concertada, nomeadamente com a Segurança Social, no apoio a famílias que reúnam condições de carência a vários níveis, existem outras instituições criadas a nível concelhio com esse mesmo intuito, como a RLIS e o CLDS. Portanto, como referiu e apesar de ser uma questão assegurada pelas mencionadas instituições, reconhecem a importância da criação de incentivos à natalidade. _____
Apesar de considerar que o impacto da medida, nível local, será reduzido, identificaram-se com um conjunto de virtualidade da recomendação, pelo que irão votar favoravelmente. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** e tendo em consideração que foi aceite a alteração do designação do documento apresentado, colocou a **votação** a recomendação “**CRIAÇÃO DE CARTÃO MUNICIPAL DE FAMÍLIA NUMEROSA**””, tendo sido, num universo de 31 (**trinta e um**) membros, **aprovada por unanimidade**. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs.: Cláudia Labrujó; Manuel Roda; Francisco Romeu; Óscar Silva; José Nogueira; Jorge Moura; Inês Ferreira; Ana Sanches; Paula Natal; Sebastião Alves. _____

- Do **Membro Sra. Cláudia Labrujó**, para felicitar o executivo pelas diversas atividades que tem levado a cabo a nível cultural. _____

Seguidamente e atendendo ao descontentamento geral dos valencianos, solicitou informação sobre o ponto de situação do chafariz do Jardim Municipal, visto não ter existido qualquer intervenção. _____

Prosseguindo, referiu que lhe chegou ao conhecimento de que a água que está a ser abastecida à freguesia de Frietas apresenta aspeto barrento, pelo que questionou se adviria dos afluentes das minas que se encontram a laborar próximo de três reservatórios, e em caso

afirmativo, considerou que dever-se-ia diligenciar no sentido de solucionar a questão. _____
Voltou a insistir que a correspondência recebida no órgão fosse remetida aos representantes dos partidos com assento no órgão, pelo que solicitou que após, compilação de toda a documentação em falta, lhes fosse enviada. _____
Procedeu de seguida ao agradecimento à entidade responsável pela intervenção levada a efeito nos passeios do Srº dos Esquecidos. _____
Por último, questionou o motivo que tem estado subjacente à falta de apresentação do novo regimento, assim como, sobre as Comissões tem tido algum tipo de atividade porque não lhes tem chegado qualquer informação. _____

- Do **Membro Sr. Manuel Roda** para, após as saudações protocolares, efetuar diversos agradecimentos à Câmara, nomeadamente, pela intervenção levada a efeito no caminho de ligação ao lugar de Eirado, pelo apoio na limpeza dos carvalhos no monte dos baldios na freguesia de Verdoejo, pelo apoio logístico e financeiro atribuído à Associação Faz Diferente para a realização do evento “Art Rock Fest”, finalizando com um agradecimento especial à pessoa do Sr. José Monte pela presença e o apoio incansável prestado pelo mesmo, assim como, aos patrocinadores e artistas. Anseiam que o evento seja considerado de referência para Valença esperando, para o efeito, contar com o apoio do Município. _____

- Do **Membro Sr. Francisco Romeu** para sugerir que sejam tomadas medidas no sentido de evitar situações de vandalismo no largo da lua de Mel e ruas adjacentes, assim como, de preservação do mobiliário urbano. Alertou para a necessidade de mais luminosidade no Centro Coordenador de Transportes. Por último, referiu que o anseio pelo horário da iluminação pública alargado foi concretizado. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para, após as saudações protocolares, voltar a alertar para a necessidade de se proceder a diversas reparações urgentes e emergentes no atual Campo da Feira, como sendo, a danificação e a falta de grades de proteção, na medida em que consubstanciam em perigo para a circulação pedonal, especialmente para pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção. Considerando que teria sido evitável a necessidade de assistência médica aos incidentes ocorridos no mencionado local se a autarquia tivesse uma atitude pro-ativa na resolução do problema e no estabelecimento da segurança. _____
Seguidamente, referiu que ar agreste e descuidado que se tem vindo a verificar na Zona da Senhora da Cabeça, aliado à falta de manutenção dos estrados de madeira e à falta de iluminação, para além de originar sentimento de insegurança àqueles que pretendam por ali circular em horário de pouca luminosidade, contraria as prioridades do atual executivo para 2017 de aproximar Valença do Rio Minho, através da dinamização da sua ecopista, da valorização do biótipo da veiga da mira, da criação dos cais da amarração e o de alavancar o turismo da natureza. Pelo mencionado, apelou à valorização da mencionada via pedonal e cicloturística através da limpeza e manutenção condizentes com a importância que lhe é reconhecida. Finalizou com a entrega junto da mesa de fotocópia com fotos da mencionada falta de manutenção e limpeza da Ecopista. _____

- Do **Membro Sr. José Nogueira** para, após as habituais saudações, mencionar que apesar de ter considerado melhoria substancial do trabalho desenvolvido quanto à feitura das atas, o mesmo não se verificou na elaboração da ata da última sessão, na medida em que verificou notórias falhas e incongruências, as quais no seu entender não existiram, essencialmente na adaptação do discurso direto com recurso ao uso da terceira pessoa e repetições escusadas. Finalizou referindo que uma ata dever ser uma súmula de tudo quanto se passar na sessão, pelo que existe um longo caminho a percorrer, deixando o registo do seu desagrado e um incentivo para a sua melhoria. _____

- Do **Membro Sr. Jorge Moura** para, após as habituais saudações, mencionar com agrado os investimentos levados a efeito pela autarquia na zona Industrial de Gandra, numa perspetiva de criar incentivos e condições para investimentos e investidores, assim como, solicitar informação sobre o ponto de situação dos investimentos levados a efeito pelo grupo Antolin e pela Marsan, assim como, em relação àqueles que estão em fase de acabamento e da intenção de criar novas acessibilidades à mencionada Zona Industrial. _____

-Do **Membro Sra. Inês Ferreira** para, após as habituais saudações, realçar a relevância da realização do seminário “Família novos desafios”, iniciativa da CPCJ de Valença, realizada no passado dia 18, no Auditório do CILV, na medida em que a sociedade apresenta dificuldades na compaginação dos afazeres profissionais e pessoais, transfere para as instituições a função da socialização, proteção e prevenção da negligência e de comportamentos comprometedores para o presente e futuro, áreas para as quais os técnicos e educadores carecem de pistas de atuação. _____

Por último, mencionou que o Portal de Valença, apesar de diversas vezes criticado, foi premiado e reconhecido pela Microsoft Portugal e pela Universidade do Minho entre as trezentas e oito autarquias de Portugal. Valença obteve dois segundos prémios a nível nacional nas categorias de participação ibernet, acessibilidade, facilidade de utilização do Portal. _____

- Do **Membro Sra. Ana Sanches** para, após as habituais saudações, fazer uma breve explanação sobre os diversos eventos previstos para a Época Natalícia, que dinamizarão a economia local e o espírito Natalício, designadamente, Duendelândia, Pista de Gelo, a visita do Pai Natal, Cidade Presépio, Fortaleza de Chocolate, o Comboio de Natal. A programação encerrará com Festa de Reis, transmitida pelo programa da TVI no dia 08 de janeiro. _____

- Do **Membro Sra. Paula Natal** para, após as habituais saudações, referir que a diversidade em Valença tem-se verificada de forma constante. No Núcleo Museológico de Valença decorreu uma exposição, ligada à radiofonia, na qual estiveram expostos 41 rádios propriedade do Sr. Sansão Vaz que os manteve em funcionamento até à data do seu falecimento. Figura valenciana e emblemática associada ao mundo do rádio e dos bailes. _____
Prosseguindo, mencionou que Valença foi mais uma vez palco de uma campanha de prevenção rodoviária da iniciativa da Fundação Mapfre, que contribuiu para formação dos jovens valencianos. _____

Por último, referiu-se à Modernização da Linha do Minho como uma notícia importante para o desenvolvimento económico da região no que se refere à circulação de pessoas, permitindo a circulação de comboios mais rápidos, como por exemplo, o alfa pendular. _____

- Do **Membro Sr. Sebastião Alves** para, após as habituais saudações, mencionar que estando o PUACV – Plano de Urbanização da Área Central de Valença em fase de discussão pública, a população tem a oportunidade de se pronunciar. Momento certo para referenciar todos os aspetos negativos existentes atualmente, precavendo dessa forma a existência de um plano que não se identifique com a Cidade de Valença. Seguidamente mencionou diversos aspetos que considera importantes articular de forma a que o mesmo não se torne confuso, designadamente, no que concerne ao edifício do Asilo Fonseca, a planta existente identificada como área de equipamentos coletivos, enquanto que a planta de zonamento identificada em valor patrimonial, assim como, a creche e o infantário identificados como equipamentos coletivos, sendo situações que devem estar acauteladas para que não voltem a surgir aberrações urbanísticas com o aquelas que já existem. _____

Colocou diversas questões relacionadas com a proposta do PUACV, no que concerne à

identificação dos edifícios, áreas e pisos, designadamente, mercado municipal, parque do edifício do palácio de vidro, zona entre a rua Verde e rua de Val Flores, zonas verdes e recreativas no caso do loteamento do 2785, Avenida S. Teotónio em frente ao Prédio de Manuel Temporão. _____

Finalizadas as interpelações, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** após os habituais cumprimentos, começou por mencionar que a discussão pública do PUACV - Plano de Urbanização da Área Central de Valença, iria decorrer até dia 23 de dezembro próximo. Apesar de para algumas áreas estarem previstas cêrceas diferentes das existentes, os loteamentos aprovados nos anos 80 mantêm os seus direitos. Contudo o Município já acautelou financiamento para possíveis indemnizações caso esteja interessado nalgum espaço com direitos adquiridos para um fim diferente. _____

O plano foi estruturado de forma a que área central de Valença possuísse um balanceamento global de edificação, desde a Avenida Tito Fontes até ao Viaduto da REFER e ao IP. Em relação a este assunto finalizou referindo que a proposta de plano, em termos gerais, vai estabelecer equilíbrio e melhoramentos a nível urbanístico na citada área, inclusivamente, para a área onde se situavam as fabricas da Artística e da Borracha. _____

Na área envolvente ao campo da feira o Município tem a possibilidade de permutar alguns prédios rústicos, assim como, interesse em rentabilizar os espaços para atividades económicas, mais propriamente, a zona ligada ao viaduto. Quanto à zona envolvente à Lua Mel gostariam de criar mais espaço público. _____

Relativamente ao edifício do Mercado Municipal o plano prevê a possibilidade de edifício de r/c mais 4 pisos. Portanto se o Município quiser utilizar o edifício para outros fins, terá que encontrar solução para o Mercado. _____

Em toda a proposta de plano verifica-se sentido de equilíbrio e de razoabilidade que contemplam os interesses privados e os públicos de toda a área central. _____

Seguidamente e no que concerne à água da Freguesia de Friestas criticou a forma como foi feita a publicação nas redes sociais, na medida em que se tivessem verificado o motivo que esteve subjacente a essa situação, teriam apurado que o mesmo se deveu a rutura na zona em dia de intempérie, originando aspeto barrento, mas solucionado rapidamente. _____

Em relação ao agradecimento efetuado pelo Sr. Presidente da Junta de Verdoejo, pela realização de diversas intervenções, mencionou que à semelhança do que acontece com as demais freguesias do concelho, para além de terem sido realizadas algumas intervenções, outras estão previstas. Verificou que a limpeza do carvalho, pela sua perceção desde a EN 101, obteve maior impacto visual. _____

Em relação à Quinta de Sanfins, mencionou o conjunto significativo de hectares de carvalheira que possui, num futuro próximo será de grande valia. Estando o espaço em processo de requalificação, existe a obrigação de o rentabilizar, será um trabalho de continuidade. _____

Quanto ao mencionado pelo Sr. Francisco Romeu e Óscar Silva em relação ao vandalismo, referiu que à semelhança do que acontece noutros Municípios existem vários bares na Zona Central da Cidade com muita aderência. Com a requalificação do largo da “Lua de Mel” e adjacente, a zona irá ficar com mais iluminação, fibra ótica e câmaras de vídeo-vigilância incorporadas nos novos candeeiros, contribuindo dessa forma para a redução dos atos de vandalismo. As câmaras só serão ativadas depois de devidamente licenciadas. _____

Em relação à iluminação pública, procederam ao alargamento do horário de acordo com aquilo que tinham previsto, por verificar-se uma poupança significativa de luz, originada pelo investimento de cerca de um milhão de euros em Led’s. No Distrito, apenas os Municípios de

Valença e Cerveira mantém a estratégia delineada no âmbito da CIM – Alto Minho, em desligar às 3h00 da manhã e ligar às 5h00. _____

Quanto à falta de manutenção e limpeza da Ecopista, mencionou que efetivamente, em dias de adversidade climática é difícil efetuar a limpeza da sua vegetação com a rapidez exigida, contudo têm verificado a sua diligência com frequência. Quanto à manutenção, nomeadamente, no que concerne à iluminação na zona da Senhora da Cabeça, reconheceu a dificuldade em preservar e conservar devido aos constantes atos de vandalismo, não obstante se preveja a colocação de iluminação em poste com regulação da intensidade da luz. _____

No que concerne aos investimentos na Zona Industrial de Gandra, referenciou que se existem algumas unidades concluídas, outras em fase de conclusão, assim como, dois investimentos para a mesma zona industrial em fase de negociações. Manteve e reiterou as dificuldades das Unidades Industriais em recrutar mão-de-obra, existindo a necessidade de recurso a outros concelhos, desde Ponte de Lima a Viana do Castelo, inclusivamente de Espanha. Na perspetiva de colmatar tal necessidade, o IPVC e a Bosch associaram-se num projeto para a formação de mais mão-de-obra, nas áreas da metalomecânica e setor automóvel.

Acrescentou ainda, em relação à zona industrial, que se encontra em fase de conclusão o processo de aquisição, por parte da Interminho, das parcelas que compõem um lote de 40 mil metros quadrados, para a instalação de uma unidade logística para um grupo galego. Verifica-se que apesar da Xunta da Galicia pressionar os empresários para se manterem no País, o interesse pela instalação de unidades industriais na Zona Industrial de Gandra, é uma realidade. _____

Terminando este assunto, informou que se encontra a decorrer o concurso para a ligação da estrada do Tuído à Zona Industrial, estando em fase de estudo pela EP a construção de uma rotunda em frente à “Acropole”, na EN 13. _____

Prosseguindo, em relação ao novo Portal do Município, informou que apesar de ter sido efetuado o processo de migração dos conteúdos do anterior verificaram-se algumas incorreções para as quais já foram tomadas as diligências necessárias. _____

Em relação a atividades para esta época natalícia, informou que o Município irá ter, à semelhança de anos transatos, um conjunto de atividades de lazer e de diversão alusivos à época, para todas as idades. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, tendo sugerido um **intervalo**, pelo que a sessão foi interrompida às 11h00 e retomada quando eram 11h25m. _____

Reunido o necessário quórum para serem retomados os trabalhos da sessão, o Presidente da Assembleia Municipal e, terminado que estava o período de antes da ordem do dia, deu início ao período da ordem do dia, ao seu primeiro ponto. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que, de acordo com a deliberação da Comissão Permanente os 2º e 3º pontos abaixo identificados, seriam discutidos em conjunto e votados por separados. Entretanto sugeriu aos líderes dos Grupos Municipais tb que se agrupasse o ponto 1, tendo obtido a anuência dos mesmos. _____

PONTO 1º – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PONTO 2º – SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIA – CASA MORTUÁRIA DE TAIÃO

PONTO 3º – COMPROMISSOS PLURIANUAIS

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições aos **1º, 2º e 3º** pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Fernando Fernandes, José Nogueira, Óscar Silva, Cláudia Labrujó, Elisabete Viana e Inês Ferreira. _____

- Do **Membro Sr. Fernando Fernandes** para questionar da previsão para a execução da empreitada da estrada de ligação Gondomil-Boivão, uma vez que se encontra em fase de concurso, assim como, questionar das previsões para a estrada de Gondomil – Sanfins. Por último e a propósito de algumas intervenções que o Município tem levado a efeito na Quinta de Sanfins, solicitou mais informação sobre o ponto de situação da requalificação desse mesmo espaço. _____

- Do **Membro Sr. José Nogueira** para, em primeiro lugar, concordar com a necessidade de intervenção na área do Campo da Feira, contudo alertou-o para o facto de que tal espaço ter sido expropriado com determinados fins, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara aconselhamento com o Consultor Jurídico do Município a propósito do chamado direito de reversão, ou seja, não correr o risco de os particulares exercerem tal direito inviabilizando uma parcela no meio do Campo da Feira. _____

Em relação à atribuição de subsídio para a construção da Capela Mortuária de Taião, informou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar favoravelmente. _____

Apesar de considerar não ter sido a melhor estratégia de todas as freguesias possuírem uma Casa Mortuária, contudo tendo sido assim definido, considerou que, por questões de igualdade, todas tem esse direito, pelo que votariam favoravelmente. _____

Em relação aos compromissos plurianuais, no que concerne ao seu anexo II, tal como foi apresentado o documento não se vislumbrou esclarecedor, pelo que solicitou informação sobre o objeto das aquisições dos contratos leasing com o Banco Santander Totta e a que fim se destinavam. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para, em primeiro lugar, felicitar o Município pelo lançamento do novo site do Município com acesso mais simplificado à informação, após os sucessivos reparos efetuados pelo PS ao antigo site. Em segundo lugar, mencionou que continua a não ser disponibilizada a informação sobre a contratação pública, nesse mesmo meio de comunicação. _____

Seguidamente, para além de registar as felicitações ao governo do PS pela viabilização da modernização da linha do Minho, dossier que estagnou na anterior legislatura com o governo da coligação PSD/CDS, também registou o facto de o PSD ter valorizado essa mesma iniciativa da oposição do governo. _____

Relembrou o Sr. Presidente da Câmara que se encontrava por responder a questão dos incidentes ocorridos no Campo da feira devido à falta e ou deterioração de grelhas. _____

Prosseguindo, referiu-se a um estudo que recentemente foi promovido pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas que demonstra que a maioria dos municípios portugueses, entre os quais se encontra o Município de Valença, não têm em consideração a dimensão do agregado familiar na taxação do consumo da água, penalizando as famílias numerosas. O mesmo centra-se no preço da água e na adequação dos tarifários aplicados ao número de constituintes do agregado familiar resultando, dessa conjugação, um Índice de Equidade que classifica cada um dos municípios portugueses num ranking. Estudo baseado na Tabela de Taxas e Tarifas dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Valença disponibilizada pelo Município de Valença que contrariamente ao proferido pelo executivo, a taxação aplicada à água no Município de Valença não é das mais

económicas do distrito, situando-se, no ranking, apenas no 6º lugar entre os 10 municípios do Alto Minho e a nível nacional, na posição 129º, com um índice de equidade de 143,93. Aliás, apesar de neste ranking, na dimensão distrital, Valença se posicionar no 3º lugar no que diz respeito a um indivíduo que viva sozinho, encontra-se no 7º lugar nos agregados de 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10 pessoas e apenas em 9º lugar nos agregados de 5 elementos. Deste modo, em Valença um consumo mensal de água per capita de 3,6 m³, encontra-se estipulado o preço de 0,54€/m³, para um indivíduo que viva sozinho, enquanto que à medida que o agregado familiar é maior este valor aumenta exponencialmente situando-se nos 1,03€ para um agregado de 10 pessoas, o que perfaz uma variação no preço de quase 90%. Pelo exposto, considerou que as famílias valencianas são discriminadas em função da sua dimensão, havendo diferenças consideráveis no preço por litro de água e por pessoa do agregado familiar para o mesmo consumo per capita, assim como, prejudicadas pela inflexibilidade do executivo municipal de Valença em criar uma tarifa familiar para o consumo da água, para corrigir assimetrias e estabelecer uma maior equidade na taxaço do consumo de água, independentemente do número de pessoas que os constituem. _____

Mais referiu a este propósito que, sessão ordinária de 30 de Setembro de 2016 desta Assembleia, apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, uma proposta de criação de uma tarifa especial para famílias numerosas e/ou em situação de carência económica para o consumo doméstico de água, tendo sido rejeitada pela maioria representada pelo Partido Social Democrático que preferiu antepor a sua ideologia e o interesse partidário ao real e superior interesse da população valenciana. Considerando que poderá ser retificada a posição tomada pelo PSD, na medida em que os dados apresentados pelo mencionado estudo são esclarecedores, questionou o Sr. Presidente da Câmara da intenção de corrigir essa assimetria na taxaço do consumo da água, introduzindo a referida tarifa familiar. _____ Por último, questionou se a autarquia estaria a utilizar pesticidas à base de glifosato e em caso afirmativo qual a quantidade que está a aplicar nos espaços públicos do concelho. Esclareceu, que o motivo que se encontra subjacente ao reforço da importância de ver esclarecida a utilização de glifosato no Município, deve-se à ausência de resposta ao questionário enviado à mesma pelo Bloco de Esquerda, com as mesmas questões colocadas por si sobre o assunto.

- Do **Membro Sra Cláudia Labrujó** para, em relação à apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara questionar o motivo pelo qual no processo judicial nº 9 apenas se encontram visados os Municípios de Valença e Cerveira quando a Valorminho representa todos os concelhos do Vale do Minho. Provavelmente, a postura dos dois Municípios nesse processo esteja relacionada com a localização do novo aterro sanitário, contudo é um assunto que, no seu entender, deveria ser explicado a toda a assembleia. _____

Mais referiu que o aterro sanitário assentou num conjunto de ilegalidades que na atualidade se refletem. _____

Seguidamente, solicitou que fosse distribuída, a todo o plenário, um cópia de um artigo relacionado com a reversão da privatização da EGF, que a analisar-se verifica-se que a sua aquisição pelo consórcio da SUMA/Mota Engil, na governação da coligação PSD/CDS, em 6 meses, gerou a distribuição de 6 milhões de euros aos acionistas, traduzindo num negócio de perca evidente para os municípios. Motivo pelo qual, a levou a questionar da atividade da CAAS – Comissão de Avaliação do Aterro Sanitário. _____

Em relação aos compromissos plurianuais, questionou se o apoio aí referenciado para a construção da capela mortuária na Freguesia de Gandra e Taião já se encontra liquidado. _____

Seguidamente, solicitou informação sobre a localização da casa mortuária, assim como, sobre a administração do bem. Finalizou referindo que o agrupamento das freguesias, realizado no âmbito da sua reorganização administrativa, no caso daquelas que não possuem casa mortuária, obriga à deslocalização da população, motivo pelo qual por questões de igualdade,

considerou que deveria ser aprovado. _____

- Do **Membro Sra. Elisabete Viana** para questionar da previsão de execução da repavimentação do Bairro de Favais e repavimentação das ruas de Favais e do Corgo, na freguesia de Arão, dado ter verificado que consta da relação das empreitadas e projetos. _____
Por último, congratulou-se com a proposta de atribuição de subsídio para a construção da Casa Mortuária em Taião, considerando que deverá existir sempre igualdade de tratamento entre os cidadãos do Concelho por parte de quem lidera os destino do Concelho. _____

- Do **Membro Sra. Inês Ferreira** para congratular-se pelo facto de a APPACDM de Valença ter a sua capacidade reforçada, com novas valências e estruturas de apoio aos utentes. Sendo um edifício do património municipal, a sua readaptação foi suportada pela Câmara Municipal que se tem mostrado sensibilizada com todos os cidadãos que tem mais dificuldades. Na inauguração dessa nova valência esteve presente o Ex^o. Sr. José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. _____
Em relação aos compromissos plurianuais questionou se se justifica a despesa com a consultoria. _____

Seguidamente, mencionou ao Membro Sr. Óscar Silva que os estudos com indicadores per capita escondem assimetrias se existirem. _____

Relativamente à água, deverá ter-se em conta não só a quantidade de elementos que compõe o agregado familiar, como também, a capacidade financeira para suportar encargos. As famílias carenciadas de Valença que tem dificuldade para pagar a água ao município têm tido suporte das instituições de carácter social, a nível concelhio, não obstante mencionar que iria proceder à leitura do estudo para, à posteriori, fazer melhor abordagem sobre o mesmo. _____

Finalizadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Presidente da Câmara Municipal começou por responder, no que concerne aos incidentes no Campo da Feira, que as suas travessias foram corrigidas e que foi acionado o seguro de responsabilidade civil de forma a que o lesado possa ser ressarcido futuramente de todas as despesas inerentes ao respetivo acidente ou de possíveis indemnizações que venham a ser imputadas. _____

Seguidamente, esclareceu o Membro Sr. Óscar Silva que o projeto da Modernização da Linha do Minho foi aprovado na anterior legislatura governativa, portanto com o atual governo irá processar-se o arranque da obra inserida no âmbito do mencionado, o qual também contempla a Eletrificação entre Nine e Valença (Fronteira). A concretização do projeto reveste-se de extrema importância na ligação da rede ferroviária nacional a Espanha, nomeadamente, na ligação a Vigo, aumentando a capacidade exportadora de mercadorias do país, assim como, no reforço do posicionamento geo-estratégico desta cidade e da euro-região. _____

Mais esclareceu que, em termos de estradas municipais, a execução da empreitada de remodelação da EN 101 foi protelada pelo atual governo para 2018, quando o anterior previa a sua concretização no próximo ano, a qual necessita de reparação urgente. _____

Em relação aos herbicidas informou que a Câmara Municipal não responde a inquéritos dos partidos, contudo informou no plenário que já há muito tempo que não usam os fosfatos. _____

Quanto à campanha levada a cabo pela Fundação Mapfre, informou que o Município aceitou a proposta apresentada pela mesma para levar a cabo uma campanha de prevenção rodoviária, considerando o benefício na formação dos jovens valencianos. _____

Em relação às questões colocadas pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó, em relação ao aterro sanitário, não se verifica qualquer ilegalidade, porque se assim fosse não estaria a laborar há

7 anos, assim como, não existe qualquer problema de saúde pública nem de infiltrações de águas subterrâneas ou cheiros. É feito o acompanhamento pela CAAS – Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário e executadas peritagens independentes, solicitadas pelos acionistas. _____

Em relação à Valorminho, o Município de Valença é acionista e o processo da sua privatização foi concluído pelo governo do PSD/CDS-PP, tendo sido intentada ação em Tribunal apenas pelos Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira, por lhes ter sido vetado o direito à aquisição de capital da mesma e consideravam existir violação do código das sociedades comerciais. Se não lhes tivesse sido vetada a possibilidade de aquisição de capital, também estariam disponíveis para comprar o aterro. Em sede de distribuição de resultados a SUMA ficou com 51% e pelos restantes sócios, os 6 Municípios foram distribuídos os restantes 49%, ou seja, que em dividendos de cerca de 600 mil euros, 40 mil euros corresponde à quota parte de cada município. O processo continua em Tribunal. _____

Quanto ao artigo distribuído pelo Membro Sr^a. Cláudia Labrujó mencionou que apenas se trata de um Boletim do STAL. _____

Relativamente à questão colocada sobre a localização da Casa Mortuária, mencionou que seria implantada na freguesia de Taião, à semelhança daquilo que tem vindo a suceder-se com as restantes freguesias, por igualdade de direitos, terá um edifício para velar os entes queridos, num momento de difícil perda. Opção adotada não só pela igualdade de direitos, mas também no sentido minimizar o sofrimento da família, restando apenas a concretização as freguesias de Valença, Silva e Fontoura, a primeira por dificuldade na angariação de espaço adequado para o efeito na sede do Concelho, as restantes por inexistência de acordo com os proprietários dos terrenos. _____

Em relação aos compromissos plurianuais, no que concerne ao contrato de leasing, informou que a aquisição dos veículos tem por objeto serviços de transportes escolares, de águas e de distribuição, de forma a dar continuidade à boa execução por parte do Município. _____

Em relação ao Membro Sr. Fernando Fernandes, informou-o que o Município faz empreitadas de acordo com as necessidades de cada uma das freguesias, e como não se perspetivam apoios a fundo perdido para rede viária, serão executadas à medida das disponibilidades de tesouraria do Município. Situação exposta aos governos anterior e atual sobre a necessidade de financiamento específico para manutenção de rede viária municipal que a não concretizar-se serão poucos os municípios que terão capacidade financeira para manter a rede viária com o mínimo de condições de circulação. Valença possui 1100 km de rede viária pavimentada, a qual acarreta, em termos orçamentais, para a sua manutenção um peso elevado. _____

Relativamente à Quinta de Sanfins mencionou que se encontra em requalificação, pelos funcionários do Município. _____

Quanto aos terrenos do campo da feira esclareceu que não foram alvo de expropriações. _____

Em relação às questões colocadas pelo Membro Sra Elisabete Viana, no que concerne ao Bairro de Favais informou que se encontra em fase de preparação de empreitada. O Município conjuntamente com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Valença, Cristelo-Côvo e Arão irão executar a empreitada desde a passagem de nível de Cristelo Côvo até à zona da EB1 de Arão. Desde esta até ao Bairro de Favais e à EN 13 será lançada apenas pelo Município. _____

No que concerne ao edifício onde se encontra instalada a APPACDM, informou que é propriedade do Município, tendo sido cedido à instituição no mandato do Sr. Major Alberto Magno Pereira de Castro. Recentemente, o Município levou a cabo algumas limpezas e obras de reestruturação e readaptação para novas valências. A sua inauguração teve a presença do Ex^o. Dr. José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que no ato assumiu o compromisso de apoiar a construção de uma sala “snoezelen” - Terapia Ocupacional para a capacitação de pessoas para a sua realização pessoal. A APPACDM é

uma associação que desenvolve tarefas de educação especial, para a qual deverá ser proporcionado apoio de forma a criar as melhores condições de vida para os cidadãos que a incorporam. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, José Nogueira, Óscar Silva, Elisabete Viana e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido. _____

- Do **Membro Sra. Cláudia Labrujó** para alertar para a correção da cobrança de taxa de saneamento indevida a consumidores na freguesia de S. Julião. _____

Voltou a questionar se o compromisso plurianual assumido para 2016 para a construção da Casa Mortuária de Taião, já foi liquidado. _____

Prosseguindo, lamentou que na Freguesia de Valença ainda não exista uma Casa Mortuária à semelhança das outras freguesias do Concelho, apesar de o ter proposto há cerca de um ano. _

- Do **Membro Sr. José Nogueira** para defender o anterior executivo do PS nas acusações que lhe foram feitas, mencionando que honrou os compromissos assumidos e que não existiram discriminações. Apresentou como exemplo disso, Ganfei, freguesia liderada pelo PSD, onde o PS investiu cerca de dois milhões de euros, em obra de saneamento e infraestruturas. _____

Admitiu a possibilidade de na liderança do Dr. Fernando Barbosa ter sido beneficiado Cerdal com a abertura de caminhos, estradas, etc, contudo o resto do Concelho também foi alvo de obra. _____

Em relação às candidaturas, mencionou que nessa altura existiam técnicos preparados com projetos concluídos para apresentação à data da abertura das mesmas, com subordinação a opções políticas. Nessa matéria, existia equilíbrio entre as mais valias existentes nas freguesias, contudo e caso assim não tivesse sido caberia ao atual executivo intervir no sentido de o adequar. _____

Quanto à EN 101, o Governo PSD/CDS-PP comprometeu-se com a sua finalização para 2017, contudo a mesma apenas se irá verificar em 2018, na atual governação, PS. A intervenção que foi efetuada nessa mesma estrada, no seu entender, pela circulação que nela se faz, provavelmente terá uma duração de cerca de um ano. _____

Prosseguindo, mencionou que, no que concerne à ferrovia, a Câmara Municipal não lutou pela continuidade de uma via estruturante nem de paragem, porque se assim fosse, iria acarretar uma subida de circulação na ordem das 10 mil pessoas. Pelo menos haverá eletrificação. Foi um projeto aprovado na CIM – Alto Minho, não só para Valença, mas sim para toda zona estruturante de ligação entre Portugal e Espanha, a qual deveria ser inscrita como prioridade para o Alto Minho avançar e progredir. _____

Em relação aos contratos de leasing, mencionou a importância que a viatura possui para os transportes escolares. Quanto ao outro contrato de leasing se é para os serviços de água e de fiscalização, efetivamente acreditam que alguns dos veículos merecem a substituição pela quilometragem e pelo tempo de vida, pelo que o Grupo Municipal do PS no que concerne aos contratos de leasing, anexo II dos compromissos plurianuais iria votar favoravelmente. _____

Por último, procedeu à leitura da citação de Steve Jobs utilizada para a introdução da nota explicativa do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 - “Não faz sentido olhar para trás e pensar que deveria ter sido feito isso ou aquilo”, deveria ter estado lá, isso não importa, vamos inventar o amanhã e parar de nos preocupar com o passado”. Isto é demonstrativo de que o passado não importa, o que no seu entender é a primeira mentira. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para frisar que, na sua anterior intervenção sobre a modernização da linha do Minho, não fez nenhum exercício partidário, admitindo a sua

classificação de memória seletiva, contudo tem vindo a assistir nas sessões do órgão a muitos exercício de memória seletiva quando se invoca o passado do PS para realçar questões negativas e ignoram aquilo que o executivo do PS, no mandato do Dr. José Luís Serra idealizou e projetou e que o atual executivo se limitou a concretizar. _____

Em relação ao uso do herbicida “glifosato”, congratulou-se pelo facto de não ser utilizado pelo Município, na medida em que é um herbicida sistémico não seletivo, que sendo de venda livre nos estabelecimentos comerciais, a sua utilização em Portugal duplicou na última década. Apesar de não existir um estudo que comprove a influencia negativa do glifosato, a Agência Internacional para Investigação sobre o Cancro para Organização Mundial da Saúde declarou-o como um carcinogéneo provável para o ser humano, tendo identificado uma relação entre a exposição à substância e ao linfoma Não-Hodgkin, um dos cancros mais registados em Portugal com 1700 novos casos/ano. Portanto, apesar da decisão da OMS não ser vinculativa, poderá ser um indício do perigo para a saúde pública. _____

A Comissão Europeia ainda não decretou a proibição dessa substancia, tendo prolongado o seu uso por mais 18 meses à decisão sobre a extensão da permissão do uso por 9 anos. Não obstante não ter sido decretada entende que cabe aos agentes políticos portugueses tomarem uma decisão preventiva que vise a segurança sanitária dos nossos concidadãos suspendendo de imediato a utilização dos pesticidas à base de glifosato. A sua disseminação deverá ser precedida da realização de análises periódicas à água dos municípios. _____

Para complementar a sua intervenção sobre o tema, referiu-se ao estudo levado a cabo pela Plataforma Transgénicos Fora e o Detox Project com 26 voluntários portugueses, com presença de glifosato, em 100% das análises efetuadas, pelo que apelou ao Sr. Presidente da Câmara e também aos restantes autarcas presentes para suprimento total da utilização dos pesticidas à base dessa substância nos espaços do município e de todas as freguesias de Valença, optando por outras alternativas ecológicas. _____

– Do **Membro Sra. Elisabete Viana** para esclarecer o Membro Sr. José Nogueira, que a sua intervenção anterior não mencionou que existiram discriminações nos compromissos assumidos pelo anterior executivo liderado pelo PS, frisando que não fez referência a qualquer partido, nome, pessoa ou cargo. No seu entender poderão ter estado na origem dessa discriminações cores partidárias diferentes. _____

Finalizou apelando à contribuição de papel e de plástico, no âmbito de uma angariação levada a efeito pela APPACDM, com o objeto de trocar por géneros alimentícios e outras necessidades. _____

– Do **Membro Sra. Inês Ferreira** para mencionar que a Casa Mortuária de Valença é um anseio antigo difícil de concretizar pela dificuldade na aquisição de um prédio com localização no centro da sede do Concelho, assim como, o custo por metro quadrado de terreno não se equipara ao praticado nas restantes freguesias do concelho, nem à possibilidade de doação de um terreno para o efeito, acreditando no entanto, que pela capacidade de trabalho, dedicação e persistência da atual Presidente de Junta da respetiva União de Freguesias, a sede do Concelho, também, possuirá uma casa mortuária. _____

Em relação aos projetos, reconheceu que com empenho e dedicação do atual executivo foi possível a execução do CILV para a instalação da ESCE. Projeto esse que na era do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Fernando Barbosa, não passou do PIDAC. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos que entender por convenientes. ____

O Sr. Presidente da Câmara em relação às menções de que Valença está num marasmo e

que o atual executivo se limitou a concretizar projetos da era do PS, da governação do Dr. José Luís Serra, informou o Membro Sr. José Nogueira que então Valença está no marasmo deixado pelo PS. _____

Em relação à cobrança indevida de uma taxa de saneamento a consumidores da freguesia de S. Julião informou que quando existem casos pontuais de incorreções na faturação de consumo de água são de imediato corrigidas, tendo sugerido a apresentação da faturação junto dos respetivos serviços para ser verificado. _____

Seguidamente mencionou que a construção das casas mortuárias parte da iniciativa dos Srs. Presidente de Junta, sendo que algumas delas tiveram o benefício da cedência do terreno pela respetiva paróquia, à exceção de Boivão que foi adquirido pela Junta. O motivo da inexistência de casa mortuária na freguesia de Fontoura está subjacente à falta de acordo com a paroquia na doação de um prédio rústico. _____

No caso de Valença foi idealizada a execução de uma infraestrutura transversal à catequese e casa mortuária na zona dos Esquecidos, contudo dada a dificuldade com que a Junta de Freguesia se tem deparado para a aquisição de um prédio rústico para a implantação dessa estrutura, assim como, à falta de iniciativa de carácter privado, deverão unir esforços para a concretização da mencionada estrutura. _____

Informou que a freguesia de Ganfei, abriria brevemente o seu Tanatório, instalações destinadas a diversos tipos de cerimónias fúnebres, etc, do qual a população de outras freguesias poderia usufruir. _____

Em relação à ferrovia, TGV e afins, voltou a esclarecer que até 2020 não se perspetivam disponibilidades financeiras para o TGV. Voltou a esclarecer que a aprovação da eletrificação entre Nine e Valença no âmbito do projeto de Modernização da Linha do Minho, concretizou-se pelo empenho e dedicação quer da Câmara Municipal quer do Concelho de Tui. Portanto a paragem do Celta em Valença, contra a vontade de muitos, deveu-se ao esforço do seu executivo realizado no âmbito de uma Cimeira Ibérica com os Ministros de ambos países e seus respetivos Secretários de Estado dos Transportes. Uma linha do caminho de ferro moderna e rápida, até Valença, é um fator estratégico vital para a atratividade de novos investimentos, dinamização da economia e reforço da qualidade de vida das populações de Valença e de toda esta região transfronteiriça. Preveem que em finais de 2018 seja uma realidade. _____

Por último, mencionou que o contrato de leasing para a aquisição de veículos, tem por objeto a aquisição de um mini autocarro e cinco veículos ligeiros de mercadorias, para a execução de serviços de educação e de suporte aos serviços prestados aos Valencianos. _____

Finalizadas as intervenções e os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia colocou os pontos à votação individualizados na ordem que se segue: _____

PONTO 1º – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Finalizados os esclarecimentos, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de outubro de 2016. _____

PONTO 2º – SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIA – CASA MORTUÁRIA DE TAIÃO

Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 20 de outubro findo, foi apresentada a proposta de atribuição de um apoio até ao valor de 60.000€ (sessenta mil

euros) à **União de Freguesias de Gandra e Taião**, como forma de apoio na construção do edifício “**Casa Mortuária de Taião**”.

A Assembleia Municipal, num universo de 32 (**trinta e dois**) Membros deliberou, **por unanimidade**, aprovar a atribuição de um subsidio até ao montante de 60.000 euros (sessenta mil euros) à União de Freguesias de Gandra e Taião, para a construção da casa mortuária.

PONTO 3º – COMPROMISSOS PLURIANUAIS

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do anexo I da listagem de compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal entre o período de 16/09/2016 a 16/11/2016, conforme previsto no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, assim como, de acordo com a informação nº DEF049 datada de 21/11/2016, prestada pelo Chefe de Divisão Financeira, deliberou, por unanimidade, num universo de 32 (**trinta e dois**) Membros, aprovar o anexo II à listagem de compromissos plurianuais assumidos no período acima citado.

PONTO 4º – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal deste Concelho, aprovada em sua reunião de trinta de outubro findo, foi presente o pedido de apreciação e votação da proposta de Orçamento e Grande Opções do Plano para 2017, normas de execução e Mapa de Pessoal, que irão ser discutidos em conjunto e votados por separado.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 4º ponto do período da ordem do dia, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, José Nogueira, Francisco Romeu e Inês Ferreira.

– Do **Membro Sra. Cláudia Labrujó** para mencionar que depois de analisarem o documento em discussão, concluíram que o documento é um de-calcamento do documento de 2016, por falta de estudo e conhecimento dos problemas que afetam as populações, verificando-se um aumento de um milhão de euros em relação a 2016 que se deve ao protocolo assinado entre o Ministério da Educação e o Município para a requalificação da Escola Secundária do Concelho. Assiste-se cada vez mais a uma desertificação do Concelho sem que se comecem a tomar medidas concretas para estancar esse problema. Tem conhecimento de que duas empresas se deslocaram de Valença cuja empregabilidade rondava largas centenas pessoas. Valença continua a sofrer um problema fulcral que é o desvio rodoviário no concelho não fazendo sentido que os veículos pesados passem pelas avenidas que servem o trânsito local. Aproxima-se a agenda 2020 em que este documento não dá abertura para esse futuro.

– Do **Membro Sr. Francisco Romeu** para mencionar que a sua a freguesia preveniu-se, há cerca de 30 anos, com a aquisição do prédio rústico para que no futuro fosse possível a construção do Tanatório, pelo que procedeu ao convite à sua visita, disponibilizando-o às necessidades de todas as freguesias do Concelho.

– Do **Membro Sr. José Nogueira** para, em relação à citação que introduz a nota explicativa do Sr. Presidente da Câmara ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, mencionar que o PS teria utilizado a citação do escritor Alexandre Herculano: “o desejo não mede os obstáculos ou a vontade vence-os” ou a citação do pensador Alexandre o Grande: “nada é impossível para aquele que persiste”. No seu entender, o Sr. Presidente da Câmara reputou de uma falácia com a citação do Steve Jobs contra a pratica institucionalizada.

Seguidamente, da nota explicativa consta no seu primeiro paragrafo que o “futuro constrói-se hoje com responsabilidade sustentabilidade, visão e estratégia”, mencionou que à exceção de Valença a património da humanidade, não se verifica qualquer estratégia, apenas simples promessas, exemplo disso são as urgências do Centro de Saúde e o Hospital Privado.

Ainda em relação ao primeiro parágrafo, na parte onde refere que “Constrói-se, valorizando e potenciando os nossos recursos, lançando desafios, superando obstáculos, tomando decisões e unindo vontades”, mencionou que pela primeira vez o PSD aprovou uma recomendação relacionada com as famílias numerosas proposto pelo PS no sentido de unir esforços e vontades para a tomada das decisões. Até ao momento não tem existido qualquer preocupação em estabelecer pontes com os outros partidos para a resolução de vontades. _____

Quanto ao segundo parágrafo “Querem uma Valença respeitadora dos seus valores patrimoniais e naturais, virada para o futuro e as novas gerações”, pareceu-lhe mais focado numa viragem exclusiva para os mais jovens desconsiderando a grande maioria da população que é idosa. Prosseguindo no mesmo paragrafo onde refere “Uma Valença atenta, inteligente com soluções para a vida das pessoas. Soluções que permitam melhorar a qualidade de vida dos valencianos”, considerou que a utilização desta frase num orçamento de 19 milhões, com a previsão de uma verba de apenas 100 mil euros para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no mínimo absurda e insignificante. _____

Seguidamente e em relação ao 3º paragrafo “Queremos um futuro desafiante e motivador para as novas gerações. Queremos garantir que todos os valencianos, e novos residentes encontrem neste concelho um espaço atrativo e qualitativo.” no seu entender não passa de generalidades e vacuidades de clausulas gerais, questionando se a qualidade estará no ar puro. Ainda no mesmo paragrafo “Uma estratégia que potencia também a atratividade turística, focada na Fortaleza e no turismo de natureza”, mencionou que a autarquia ainda não promoveu um evento de envergadura e de dimensões equivalentes à festa do Alvarinho de Monção e de Melgaço. Ainda no mesmo parágrafo “Um objetivo que se centra ainda, na atratividade industrial com a reafirmação de um posicionamento geo-estratégico único”, questionou onde se verifica atratividade industrial quando existem empresas a se deslocalizarem deste concelho. Promessas de implantação de novas empresas para as quais alegam falta de mão-de-obra, que na realidade não se verifica existir. _____

Em relação ao 4º paragrafo, “O documento do Orçamento e Grandes opções do plano que se submete, pretende ir de encontro a estas linhas estratégicas. Uma equipa técnica e multidisciplinar materializou as linhas programáticas.”, mencionou que em lado algum se refere à agricultura, ao comércio, nem aos serviços. _____

– Do **Membro Sra. Inês Ferreira** para mencionar que era expectável que os membros do PS votassem contra o Orçamento e Grande Opções do Plano para 2017 à semelhança dos seus Vereadores, por não se reverem nas opções políticas do executivo. _____

Verifica-se que a aposta na área da educação tem sido uma constante, nomeadamente, através da construção do edifício da ESCE e da requalificação da Escola Básica e Secundária Muralhas do Minho. Esta última, esteve estagnada na Parque Escolar por contingências do governo da altura e pelo atual. Uma das prioridades do executivo tem assentado na materialização da criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e no Ninho de Empresas, os quais terão um papel crucial na atração de novos investimentos a juntar a tantos outros já concretizados nas Zonas Industriais do Concelho, nos últimos anos. _____

Em relação à matéria fiscal, Valença prossegue a prática do imposto municipal sobre imóveis mais baixo, apesar de majorado com a requalificação das habitações da Fortaleza, assim como, a devolução às famílias de 3% do IRS e também o reforço para o IMI familiar. _____

Por outro lado, o aprofundar o projeto da Eurocidade Tui/Valença será importante para a euroregião, para a economia local, assim como, a regeneração urbana da Fortaleza, com a 4ª fase de Requalificação do Centro Histórico e o aproximar Valença do Rio e mantê-la como um destino turístico de eleição do Noroeste Peninsular. _____

Para além das opções referenciadas, também realçou as valências de apoio social que são uma preocupação do executivo, atualmente alargadas com a celebração do protocolo com o Núcleo Interparoquial da Cáritas de Valença. _____

Mantêm o apoio a todas as associações e coletividades do Concelho que, no passado, foram alvo de algumas discriminações. _____

Seguidamente, mencionou que existe a previsão de que a receita corrente seja inferior à despesa corrente, apesar das dificuldades na redução desta, o que permitirá uma poupança de

1 milhão de euros. A dificuldade na redução da despesas, está subjacente aos serviços indispensáveis prestados ao cidadão para garantirem a qualidade de vida dos mesmos, nomeadamente, encargos com a recolha e tratamento de resíduos sólidos, tratamento de efluentes e ação social.

Realçou que as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes, ao apresentarem, respetivamente, um total de 78%, 72% e 88% de financiamento definido, permite antever que o nível de execução orçamental se traduzirá como interessante.

Em relação ao aterro sanitário, manifestou a sua satisfação pelas preocupações ambientais, designadamente, pela elaboração do plano estratégico dos resíduos urbanos com o objetivo de melhorar a gestão dos resíduos, diminuir a deposição dos resíduos em aterro e aumentar a sua reciclagem.

Reforçou o apelo feito pelo membro Sra. Elisabete Viana em relação ao apoio à APPACDM na recolha de material reciclável, acrescentando que para além de ser um apoio também se proporciona a redução da deposição de resíduos sólidos em aterro.

Ao nível do turismo, realçou a criação quer do núcleo museológico militar quer do de arqueologia para a atração turística e o reforço da Candidatura a Património da Humanidade. Por outro lado, apostar e tornar Valença como Capital Portuguesa do Caminho de Santiago, dinamizando o caminho central e da costa, promoverá turisticamente Valença.

Finalizados as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos que entender por convenientes.

O Sr. Presidente da Câmara, para mencionar que seria um contrassenso proceder à rutura com as estratégias que foram delineados nos últimos 3 anos, inclusivamente, existem projetos de continuidade, assim como, outros que aguardam apoios comunitários, como sendo a requalificação da EB 2,3/S de Valença, a 4ª fase do Centro histórico de de Valença, etc, frisando que o valor da execução dos projetos é muito superior ao valor do financiamento. Apesar da estagnação das candidaturas a fundos comunitários, das participações nacionais, da incerteza do orçamento de estado e dos condicionamentos que os mesmos acarretam para a boa execução orçamental, assim como, para a realização de empreitadas sem financiamento, apresentam um documento sustentável. Apesar das mencionadas contingências tem avançado com as necessárias empreitadas, candidatando-se, à posteriori, a fundos comunitários, não obstante entender que se existir a necessidade para dar seguimento às prioridades no executivo procederá ao pedido de autorização para a contração de um empréstimo, junto da Assembleia Municipal.

Na elaboração do documento para além de participarem todas as direções do Município de forma a que se projetassem as verbas de acordo com as regras do POCAL, também de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição foi agendada uma reunião com os representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal dando-lhes a oportunidade de se manifestarem acerca da proposta de Orçamento e Grandes opções do Plano para 2017.

Cada rubrica possui uma explanação esclarecedora da distribuição das receitas e despesas e continuam rigorosos na despesa corrente apesar de aumentarem algumas rubricas, sobretudo, na área de projetos, para candidaturas. Nas normas de execução orçamental estão estipuladas todas as regras para o cumprimento rigoroso do orçamento.

Portanto estão em condições de apresentar um orçamento que corresponde às capacidades, anseios e aspirações do Município.

Prosseguindo, mencionou não se compreender que para a execução de uma regeneração urbana exista a necessidade da execução de planos, que por um lado acarretam despesas em candidaturas e projetos para os realizar, que muitas das vezes mesmo com pareceres favoráveis sobre as verbas definidas, verificam-se adiamentos sistemáticos para as decisões finais das competentes autoridades de gestão, não obstante existir intenção do Governo no seu desbloqueamento.

Termos em que, pelo anteriormente mencionado, o Município elaborou um orçamento cuja despesa corrente é inferior à receita corrente em mais de um milhão de euros, ajustado à realidade do Portugal 2020.

Por outro lado, continuam com um orçamento de equilíbrio territorial, em que para as juntas de freguesia existe a disponibilização de mais 3% de verbas, assim como, investimentos repartidos de acordo com as prioridades, a executar faseadamente em função das disponibilidades do Município. Este dispõe atualmente do serviço da Contabilidade de Custos que tem por objeto a contabilização de todos os custos associados à autarquia, designadamente, os apoios que atribui a cada uma das freguesias, permitindo através do mesmo demonstrar que, em termos territoriais, a autarquia tem vindo a prestar todo o apoio possível, necessário e com equidade.

Em relação ao facto de ter sido mencionado na presente sessão que o executivo se esquece da sua população, esclareceu que tem prescindido de verbas significativas em prol dos seus cidadãos e praticado uma política fiscal com taxas mais reduzidas, nomeadamente, em termos de IMI, IRS, fixação da taxa do IMI familiar para as famílias numerosas, etc. Em suma, têm privilegiado os seus cidadãos.

Quanto à proposta apresentada e aprovada na presente sessão para a criação de cartão de famílias numerosas, mencionou que apesar de considerar que as mesmas necessitam de apoios e que o mecanismo para captação de verbas de âmbito social é o IRS por ser progressivo, com acesso a descontos, bonificações progressivas para os descendentes, o Município já apoia com o facto de possuir, comparativamente com outros Municípios, a tarifação de água mais baixa, pelo que deverá existir equilíbrio na concessão de apoios, assim como, verbas disponíveis. Atualmente o Estado transfere menor percentagem de verbas, comparativamente com há sete anos atrás, apesar de se manterem os pedidos. Portanto, para existir sustentabilidade orçamental, têm de ser cobrados serviços, preservando a área social.

Em suma, uma política de prossecução de melhoria das condições de vida dos cidadãos através da criação de um conjunto de infraestruturas, adequadas para viver, trabalhar, visitar e estudar, nomeadamente, eco vias, regeneração do espaço público, Plano de Urbanização, o qual, em termos gerais, compreende alinhamento de ruas, definição de áreas de espaços verdes e de lazer, aquisição de artigos rústicos. Atualmente quer o Município quer a Interminho já investiram mais de um milhão de euros, no desenvolvimento sustentável de Valença. Por outro lado, verifica-se que a dinâmica do executivo tem surtido efeitos a nível do desenvolvimento do território, a nível industrial, sendo que atualmente Valença não dispõe de mão-de-obra suficiente para a procura, especialmente para a linha de produção e especializada. Este desenvolvimento e o apelativo mecanismo fiscal tem vindo a proporcionar a fixação de população nas freguesias do concelho e a reduzir a mencionada desertificação. A este propósito, sugeriu ao Membro Sr. José Nogueira a visita às Zonas Industriais do Concelho de forma a poder estar mais informado sobre o seu desenvolvimento.

Relativamente ao turismo, o executivo tem vindo a desenvolver um conjunto de ações tendentes à promoção e divulgação do Concelho, designadamente, através da criação do site “VisitValença”, mapas turísticos, painéis interativos, Valença APP, Valença Muralhas Digitais, etc.

Relativamente à educação, o Município tem investido em toda a sua legislatura, reconhecendo-a como um dos principais fatores de progresso para Valença e desenvolvido ações/ investimentos tendentes à dotação de capacidades para que os seus cidadãos possam participar ativa e responsabilmente na sociedade. Um dos fatores estratégicos para tal desenvolvimento foi a construção do CILV - Centro de Inovação e Logística de Valença.

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. José Nogueira e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido.

- Do **Membro Sr. José Nogueira** começou por referir ironicamente que o seu antecessor, pelo discurso, não deveria ser oriundo do concelho porque não tem conhecimento da realidade, assim como, nunca se deslocou à Zona Industrial.

Seguidamente, referiu que pela autarquia, na legislatura do Dr. Fernando Barbosa, então Presidente da Câmara Municipal de Valença, foi adquirido um prédio denominado de “Quinta de Catefarás”, no qual o atual executivo optou por investir cerca de um milhão e quinhentos mil euros com a construção do CILV, para os poucos valencianos que irão usufruir do mesmo. São

opções.

Prosseguindo, pelo discurso do Sr. Presidente da Câmara depreendeu-se que orçamento foi desvalorizado pela obrigação de um orçamento aprovado, na adequação das verbas às rubricas, rubricas em aberto, inclusivamente, admitindo existir flexibilidade no mesmo, pela incerteza daquilo que iria prever o OE 2017. Em suma, verificaram uma adaptação do orçamento anterior em relação ao atual.

Em relação a candidaturas mencionou que, na era dos governos camarários socialistas, existiam equipas que procediam à elaboração e finalização dos projetos, para se poderem candidatar aquando da abertura das candidaturas aos programas, o que não se verifica na atualidade.

Finalmente, dada a falta de amabilidade em fornecer ao plenário a declaração de voto que os Vereadores do PS fizeram aquando da proposta de orçamento apresentada em sede de reunião de Câmara, procedeu à leitura da mesma fazendo dela as palavras dos Deputados dos GMPS, os fundamentos e as razões do seu voto.

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Num tempo em que a ousadia e a capacidade negocial se mostram fundamentais face a um contexto macroeconómico que vai dando mostras com uma recuperação moderada da economia, seria de esperar um orçamento com uma abordagem substancialmente diferente da utilizada em 2015 e 2016. Contudo, constatamos que as linhas condutoras do orçamento para 2017 são genericamente as mesmas dos anos anteriores, polvilhadas de aromas eleitoralistas como se pode ver na abertura do recrutamento de pessoal, o acréscimo nas aquisições de serviços quando o quadro comunitário já vai a meio, reafirmando a incapacidade de pensar Valença que o P.S. tem vindo a apontar desde o início do mandato.

Bafejado por uma receita que cresce 1,98M€, boa parte da qual resulta do aumento das transferências do FEF e do FEDER (cujas candidaturas não é claro se já estão aprovadas) no valor de cerca de 600.000€, a que temos que juntar o acréscimo de quase 200.000€ na venda de água, saneamento e resíduos sólidos, apenas foram criativos ao inventarem a "Nossa Senhora do Faro", santa desconhecida na cristandade.

Na mesma linha, apresenta-se também muito oportuno o aumento da despesa na aquisição de serviços onde se destacamos os "estudos, pareceres e projectos", a "publicidade" e os outros trabalhos especializados" com um aumento de mais de 200.000€, num aumento total global de 780.000€, apenas superada pelos 329.000€ de acréscimo dos "outros serviços" onde estão incluídas as festas e as actividades culturais e promocionais.

Assim, estamos confrontados com um documento que vai repetindo algumas fórmulas, apontando obra prioritária que depois se vê nas "Opções do Plano" nem sequer têm financiamento definido. Pelo que embora arrisque um pouco mais do que nos anos anteriores não se livrou do espartilho, isto é, estamos novamente perante um orçamento a pensar nos rácios de desempenho, e, ao mesmo tempo, a piscar o olho ao ato eleitoral que teremos em 2017.

Pelo que os deputados do GMPS inconformados com a continua falta de visão do executivo PSD sobre o território valenciano amarrado ao ciclo eleitoral e incapaz de verdadeiramente promover o desenvolvimento concelhio votam contra o orçamento municipal para 2017 e grandes opções do plano”.

- Do **Membro Sra. Inês Ferreira** começou por se referir, em primeiro lugar, à mencionada falta de rigor proferida pelo seu antecessor, recordando que nos primeiros orçamentos como não possuíam qualquer introdução ou nota prévia de forma a que a leitura do documento fosse mais acessível, sugeriu, enquanto membro da Assembleia Municipal, a introdução de uma nota explicativa, concretizada pelo atual executivo pela preocupação em fundamentar as suas opções.

Para além, da nota explicativa introdutória, as normas de execução orçamental como parte integrante do documento em apreço, obrigam o Município ao cumprimento de todas as suas regras, ou seja, a rigor no cumprimento do Orçamento.

Seguidamente, referiu que se por um lado a declaração de voto dos Vereadores do PS foi exarada na ata da reunião de Câmara publicada no portal do Município para conhecimento geral, pelo outro estranhou que não tivesse tido acesso à mesma, dado pertencer ao mesmo grupo partidário.

Prosseguindo, afigurou-se-lhe que a acusação de o executivo possuir as mesmas linhas orientadoras do ano anterior polvilhadas de eleitoralismo, se traduz numa contradição, porque a ser verdade o executivo então teria estado durante os últimos anos em período pré eleitoral.

Finalizou, considerando um absurdo a afirmação de que a Nossa Senhora do Faro foi inventada pelo Sr. Presidente da Câmara, assim como, não lhe reconhecia semelhante competência. Esta é uma das muitas invocações que remonta às memórias paroquiais desde 1758. Reportando-se, sobre o assunto, a outros tempos, mencionou que nem sempre se realizaram no dia 15 de agosto as festividades em Honra de Nossa Senhora do Faro, as quais mais tarde, começaram a coincidir com o dia da celebração das festividades de Nossa Senhora da Assunção. Dada a importância que tal invocação possui no concelho de Valença, o Sr. Presidente Câmara retomou o associar das Festas do Concelho às celebrações em honra

de Nossa Senhora do Faro. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos que entender por convenientes. ____

O Sr. Presidente da Câmara começou por esclarecer que a autarquia possui capacidade financeira para a execução do orçamento com rigor e discernimento de prioridades. Num orçamento municipal que ronda os 19 milhões de euros, as transferências do Estado rondam os 5 milhões de euros, diferença suportada por receitas próprias, através de serviços prestados, designadamente, abastecimento de água e saneamento, recolha de resíduos sólidos, etc. _____

Os Municípios possuem alguns constrangimentos orçamentais, no que concerne a investimentos que têm de ser feitos no presente para usufruir no futuro, nomeadamente, na área da educação, assim como, existem outros que serão, até à sua concretização final, de continuidade, com o sendo a 4ª fase da Fortaleza, requalificação da Cidade Nova. _____

O executivo tem noção de que a aprovação do orçamento municipal sem a aprovação do Orçamento de Estado é uma incógnita, pelo que a elaboração do documento em apreço foi de rigor e ao mesmo tempo de flexibilidade. _____

Relativamente ao recrutamento de pessoal esclareceu que se relaciona com o recrutamento aprovado anteriormente em Assembleia Municipal. _____

Seguidamente, esclareceu o Membro Sr. José Nogueira que o Município suportou 450 mil euros de despesas com o saneamento em Ganfei e não dois milhões de euros como o próprio referiu. Prossequindo, mencionou que não compreende que seja mencionado que o executivo esteja num marasmo de ideias, se aquando da realização das reuniões preparatórias do orçamento com os partidos da oposição, nunca foi apresentada qualquer proposta em sete anos de gestão. Termos em que considerou que a oposição também se encontra num marasmo, dado não apresentar ideias ou propostas para o concelho no que concerne ao orçamento. _____

Finalizados os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou o **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017**, a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, num universo de 31 (**trinta e um**) Membros, **23 (vinte e três)** votos a favor, **8 (oito)** votos contra dos Membros Srs. José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Mário Manuel Guimarães Cruz; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz; Maria do Carmo Costa Brando da Silva Duarte; José Augusto Fernandes Martins Esteves, aprovar, **por maioria**, o **Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017**. Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, pelo que, rubricados pelos respetivos Membros da Mesa presentes, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de Agosto. _____

Seguidamente, a Assembleia Municipal deliberou, num universo de 31 (**trinta e um**) Membros, **23 (vinte e três)** votos a favor, **8 (oito)** votos contra dos Membros Srs. José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Mário Manuel Guimarães Cruz; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz; Maria do Carmo Costa Brando da Silva Duarte; José Augusto Fernandes Martins Esteves, aprovar, **por maioria**, as **NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2017**. _____

Por último, foi deliberado pela Assembleia Municipal, num universo de 31 (**trinta e um**) Membros, aprovar unanimidade, o **MAPA DE PESSOAL PARA 2017**. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à

ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 31 (trinta e um) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____
 Finalmente, o **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados, quando eram 13h45m e agradeceu mais uma vez a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente sessão. _____
 Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e sete páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu. _____

<p>Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,</p>	<p>Assembleia Municipal de Valença O Presidente,</p>
<p>_____</p>	<p>_____</p>
<p>Elisabete Guerreiro Dias Esteves</p>	<p>Alberto Luís de Oliveira Vilas</p>